DECIDE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo designados como agentes fiscalizadores dos contratos referentes a Dispensa de Licitação para Prestação de Serviços Médicos Com Finalidade Diagnóstica por Tomografia Computadorizada de Tórax Sem Contraste em Carater de Emergência Para Suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Santarém em Decorrência da Pandemia no Covid-19, Conforme Previsto no Decreto nº 091/2020 -GAP/PMS, de 16 de março de 2020. Titular - Marlon Rudson Sampaio Marinho - Matrícula 34835, CPF nº 608.958.372 - 34 e RG: 2571268 - SSP/PA, Servidor da SEMSA. Suplente - Jeane Neves Linhares - Matrícula 51284, CPF: 643.010.792-20, RG: 3658435 - SSP/PA, Servidora da SEMSA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a contar da data de sua assinatura até quando for revogada está função.

Art. 3º. Esta Portaria produz seus efeitos na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se. Santarém/PA, de 20 de abril de 2020. Dayane da Silva Lima - Secretária Municipal de Saúde/Decreto nº 153/2018 - SEMGOF

Protocolo: 542576

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PORTARIA N º 020/2020

Dispõe Sobre a Prorrogação da Portaria Nº 019 de 03 de abril de 2020 qual Dispõe Sobre "Os Horários de Funcionamento e Atendimento Externo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Semma no Período de Validade das Medidas de Enfrentamento do Covid-19 (Coronavírus)". A Secretária Municipal de Meio Ambiente, Vânia Maria Azevedo Portela, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Francisco Nélio Aguiar da Silva, através do Decreto Nº 008/2017-SEMGOF, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais delegadas e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 134/2020-GAP/PMS, de 18 de Abril de 2020; CONSIDERANDO as recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as atividades desta Secretaria Municipal de Meio Ambiente, durante a validade do Decreto Municipal. RESOLVE:

Art. 1º - Ficam prorrogados os prazos previstos na portaria nº 019 de 03 de Abril de 2020 até o dia 30 de Abril de 2020, permanecendo inalteradas os demais artigos.

Art. 2º - Os efeitos desta Portaria retroagem à data de 20/04/2020. Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se. Santarém, 22 de Abril de 2020. Gabinete da Secretaria Municipal de Meio Ambiente aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte. Vânia Maria Azevedo Portela - Secretária Municipal de Meio Ambiente/Decreto nº008/2017 - SEMGOF

Protocolo: 542575

afuentes em decorrência do alto nível pluviométrico neste período do ano provocando inundação nas áreas urbanas, ribeirinhas e zona Rural com acesso viam estradas as quais restaram rompidas pela força das águas, atingidos diversas áreas do território Municipal;

CONSIDERANDO que no período de 07,08,09 de Abril , o Município foi atingido por fortes chuvas e pelo fenômeno da maré alta, que o ocasionou em diversos prejuízos materiais no município , como por exemplo o rompimento de diversas estradas, e ainda a inundação principalmente de residências localizadas na região urbana do município e sobretudo danos a vida, tendo ocorrido dois óbitos no período em decorrência da força das águas e seu alto nível pluviométrico;

CONSIDERANDO que a coordenadoria Municipal de Defesa Civil (MOMDEC) fez o levantamento in loco, detectou um total de 3.564 pessoas afetadas, sendo 761. desalojadas, o desabrigados, o enfermos, 2 óbitos, 4.109 pessoas afetadas indiretamente, assim como danos matérias em suas propriedades, impossibilitando a normalidade de suas vidas nos aspectos ambientais e socioeconômicos;

CONSIDERANDO o que o município não disponibiliza de recursos financeiros específicos para ações de defesa civil a fim de conter os prejuízos e danos causados pela inundação, necessitando caráter de urgência apoio financeiro do governo Federal e Estadual para ações de resposta e reestabelecimento para evitar danos mais graves envolvendo moradores e patrimônios locais;

CONSIDERANDO que o parecer da coordenadoria municipal de defesa civil- COMDEC, responsáveis pelas ações de defesa civil no município, relatando a ocorrência desse desastre e favorável a declaração de situação de emergência.

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA na área rural e urbana do município contida no formulário de informações do desastre- FIDE e demais documentos anexos a este decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como inundação(COBRADE-12100), conforme IN/MI nº 02/2016, de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º . Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da coordenadoria municipal de defesa civil-COMDEC, nas ações de respostas ao desastre e reabilitação do cenário em reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de respostas ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto a comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da coordenadoria municipal de defesa civil- COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da constituição federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de respostas aos desastres em caso de risco iminente, a:

I- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com segurança global da população.

Art. 5º . De acordo com o estabelecido no artigo 5º do decreto- lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em área de risco intensificado de desastre.

§ 2ª sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiada pela comunidade.

Art 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias, e retroagindo seus efeitos em 7 de abril de 2020.

Art 7º. Registra-se Publica-se e Cumpra-se Gabinete do Prefeito Municipal de São Domingos do Capim, 14 de abril de 2020.

PAULO ELSON DA SILVA E SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo: 542580

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ
ATO AVISO DE JULGAMENTO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/0012020-PP-SRP/PMSAT. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, CAPINAGEM, ABERTURA DE VALAS E DESENTUPIMENTO DE BUEIROS, BOCAS DE LOBO E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS PARA ATENDER AS DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ. O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Tauá torna público o resultado da licitação e julgamento das propostas, tendo como VENCEDORA PARCIAL a empresa: PROJETAR EDIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI - CNPJ: 21.506.432/0001-49; Desse modo, satisfazendo a lei e ao mérito, HOMOLOGO o PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/0012020-PP-SRP/PMSAT em favor da proponente vencedora do certame considerando os termos do processo licitatório, e determino aos setores competentes as providências que o caso requerer. Data de Homologação: 13/04/2020. EVANDRO CORRÊA DA SILVA - PREFEITO.

Protocolo: 542579

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

DECRETO Nº 031/2020-GAB-PMSDC.

SÃO DOMINGOS DO CAPIM (PA), 14 DE ABRIL DE 2020.

Declara a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas Rural e Urbana, do Município de São Domingos do Capim (PA), afetado pelas fortes chuvas e fenômeno da maré alta no Município.

O Senhor PAULO ELSON DA SILVA E SILVA, Prefeito Municipal de São Domingos do Capim, localizado no nordeste do Pará, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 60, VII Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei federal nº.12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO que o Município de São Domingos do Capim, localizado na região Nordeste do Pará as margens do Rio Capim e Guamá no dia 07 de Abril de 2020. Teve um aumento gradativo do nível do Rio capim e seus

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFIRIO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

EXTRATO DO IV TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº: 20170071 ORIGEM: PREGÃO 9/2017-004 PMSJP CONTRATANTE: Fundo Municipal de Meio Ambiente; CONTRATADA: REAL CAR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME; OBJETO: O presente Termo Aditivo têm como objeto a alteração do contratante, do ordenador de despesas e a prorrogação do prazo de vigência do contrato, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2020 Atividade 2.064, Classificação econômica 3.3.90.39.00; VIGÊNCIA: De 11 de Abril de 2020 a 31 de Dezembro de 2020; DATA DA ASSINATURA: 09 de Abril de 2020.

Jânio Almeida Damasceno.
Secretário Municipal.

Protocolo: 542581